



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **0005580-69.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
Requerente: **Valter Luiz Neo**  
Requerido: **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

**Valter Luiz Neo**, devidamente qualificado nos autos, requer habilitação de crédito nos autos de Recuperação Judicial e Falência da empresa **Dynamic Technologies Automotiva do Brasil Ltda**, invocando sua natureza trabalhista, apontando para tanto o valor de R\$ 96.216,59.

Juntou documentos (fls. 3/4).

Manifestação do Administrador Judicial às fls. 20/24 e do Ministério Público às fls. 28, posicionando-se pela inclusão do crédito de R\$ 88.551,34 em favor de Valter Luiz Neo, classificado como trabalhista.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os documentos que instruem a inicial comprovam a existência do crédito, decorrente de reclamação trabalhista, logo, de natureza preferencial.

A empresa em recuperação opinou pela procedência, apresentando, todavia, o valor de R\$ 88.551,34, em razão de cálculo apresentado até a data da declaração da falência, seguindo mesmo sentido o Ministério Público.

Procede o argumento do Administrador Judicial, tendo em vista



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

que a habilitação de crédito deve ter seu valor atualizado até a data da decretação de falência ou do pedido de recuperação judicial, conforme disposto no art. 9º, II da Lei 11.101/05.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a habilitação para o fim de deferir a inclusão do crédito em nome de VALTER LUIZ NEO, no importe de R\$ 88.551,34 (oitenta e oito mil quinhentos e cinquenta e hum reais e trinta e quatro centavos), no Quadro Geral de Credores, na categoria preferencial trabalhista.

Não há condenação em verba honoraria em razão da natureza do incidente.

Dê-se ciência ao Administrador Judicial para as providências cabíveis.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 20 de setembro de 2017.